

O povo deve acompanhar

21 MAI 1985

a negociação da dívida

Ext.

Denise Toledo
Especial da A.E.

Num ato de coragem e abertura, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, depois de anos de mentiras e desculpas dos governos anteriores, apresentou-se ao Congresso Nacional e, após cinco horas de exposição e debates com deputados e senadores, conseguiu deixar delineadas as linhas básicas que nortearão a política econômica da Nova República, desenvolvidas a partir do significativo déficit de 84,9 trilhões de cruzeiros do setor público estimado para este ano.

Os caminhos para se cobrir esta diferença, entre os gastos previstos (205,9 trilhões) e as receitas (121 trilhões), são muitos e poderiam levar o País a uma nova recessão, à hiperinflação ou ao desenvolvimento. De acordo com Dornelles, a escolha feita pelo governo arrecadará recursos de quatro fontes: receitas de impostos e outras contribuições; rendas provenientes de bens e serviços vendidos; operações de crédito internas e externas; e a missão de moeda e, embora todas essas opções apresentem vantagens e desvantagens, o ministro pretende dosá-las de maneira a que pesem o mínimo possível na retomada do crescimento econômico e ao mesmo não facilite elevação das taxas inflacionárias.

Para Dornelles elas deverão ser adotadas na seguinte medida: Cr\$ 22,5 trilhões originários da emissão de moeda, Cr\$ 37,7 trilhões com redução dos gastos, Cr\$ 10 trilhões com aumento da dívida interna e os restantes Cr\$ 14,5 trilhões através de medidas no campo fiscal — entre elas a antecipação do Imposto de Renda, e mudança na cobrança na fonte não se descartando ainda o aumento de imposto.

Sobre a redução dos gastos, o ministro lembrou que o corte de Cr\$ 20 trilhões no déficit das estatais representaria uma redução de 8 por cento nos dispêndios globais; menos Cr\$ 8 trilhões dos déficits dos Estados e municípios resultaria menos 10 por cento dos gastos e, finalmente o fim do déficit da previdência, Cr\$ 4,5 trilhões, significaria um corte de 7,5 por cento nos gastos.

Quando à emissão de moeda, Dornelles considerou "uma posição irrealista" o seu estancamento e, embora sabendo que a medida não agradará ao FMI, calculou como razoável uma expansão de 150 por cento na base monetária, contra 244 por cento registrada no ano passado.

Em todas essas medidas apresentadas transpareceu a intenção de se manter o crescimento do País, inclusive no que diz respeito à negociação com o FMI. Nesse ponto, antes de partir para as novas negociações, Dornelles já havia

afirmado sua intenção de considerar sem efeito as diretrizes colocadas na 7ª carta de intenções, determinada pelo governo anterior.

Sendo assim, Dornelles retomou as negociações com o Fundo tendo se não o apoio pelo menos o reconhecimento do Congresso. Uma situação nova, já que desde o início das relações do Brasil com o FMI, os acordos só eram conhecidos pela opinião pública depois de firmados.

No entanto, apesar da incontestável importância de o Congresso estar ciente das dificuldades e possíveis soluções para a economia nacional, a atitude de Dornelles de se expor ao Congresso teve uma importância muito maior para reforçar a sua figura como ministro e, contrariamente à discutida figura de Delfim Netto, Dornelles a partir de agora poderá agir, dentro dos parâmetros expostos, com a certeza de que contará com o apoio de boa parcela dos deputados e senadores e ciente, antecipadamente, das críticas que sofrerá, principalmente se optar pelo aumento dos impostos.

Com essa atitude inovadora ele quebrou anos de distanciamento e aqueceu as relações entre o Congresso, e o governo no que diz respeito à área econômica. Se não conseguir recuperar satisfatoriamente a economia, pelo menos Dornelles não será acusado de ter agido sozinho, os erros não serão apenas seus.